

Finanças Climáticas
Contabilidade, Sustentabilidade e Títulos Verdes: o Novo Horizonte para o
Financiamento Climático

Climate Finance
Accounting, Sustainability and Green Bonds: the New Horizon for Climate Finance

Recebido: 13/01/2025 – Aprovado: 10/03/2025

Processo de Avaliação: Double Blind Review

¹*Ticiane Lima dos Santos*

¹*Doutorado em Administração (UNAMA), mestre em Administração pela UFRN.*

Líder do Grupo de pesquisa GMAM/QALIS/CAPES.

Pesquisadora, professora da Universidade Federal Rural da Amazônia, autora de artigos nacionais e internacionais, organizadora, autora e coautora de livros e capítulo de livros.

ticiane.santos@ufra.edu.br

<https://orcid.org/0000-0001-9238-4651>

<http://lattes.cnpq.br/1579287644263493>

A crescente pressão global por práticas sustentáveis impulsionou a necessidade de transparência e padronização nas informações ambientais, sociais e de governança (ESG). Nesse contexto, a criação do International Sustainability Standards Board (ISSB) e a subsequente publicação das normas de Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade (IFRS S1) e Divulgações Relacionadas ao Clima (IFRS S2) representam um avanço significativo.

O Brasil destaca-se por sua atuação pioneira na adoção dessas normas internacionais, evidenciada pela Resolução CVM n.º 193 e pela Resolução CFC n.º 1.710, que estabelecem a obrigatoriedade das divulgações a partir de 2026. Tal iniciativa posiciona o país na vanguarda da regulamentação global de relatórios de sustentabilidade.

Paralelamente, este artigo aborda o papel crucial dos títulos verdes como mecanismos de financiamento para projetos com impacto ambiental positivo, como infraestrutura hídrica. São apontados desafios relativos à transparência e eficácia desses instrumentos, ressaltando a indispensabilidade da Contabilidade verde para a mensuração e a verificação independentemente dos resultados.

A integração da sustentabilidade nas práticas contábeis com o fomento a pesquisas colaborativas internacionais, é apresentada neste momento como fundamental para o desenvolvimento de uma economia mais resiliente e equitativa.

O mundo vive uma era de transformações profundas e de quebra de paradigmas. Há apenas duas décadas, mencionar Contabilidade Ambiental, sustentabilidade corporativa ou impacto climático era, muitas vezes, visto como idealismo ou utopia no meio empresarial. Não por acaso: a lógica predominante era centrada na maximização do lucro e na eficiência financeira, com pouco espaço para considerar limites ecológicos ou justiça social.

Hoje, essa realidade se transforma. A emergência climática e a crescente degradação dos recursos naturais pressionam empresas, governos e investidores a repensarem suas práticas. O desenvolvimento sustentável tornou-se um imperativo ético e econômico. Nesse contexto, a Contabilidade assume um papel estratégico: ela é a base para a mensuração, o relato e a transparência das ações corporativas frente aos desafios ambientais e sociais.

Foi para atender a essa demanda global por informações padronizadas e confiáveis que a Fundação IFRS criou, em 2021, o *International Sustainability Standards Board* (ISSB). O ISSB nasceu com a missão de desenvolver padrões internacionais que ofereçam uma base global consistente para informações financeiras relacionadas à sustentabilidade — e que possam ser comparáveis, verificáveis e relevantes para os *stakeholders*.

Em 2022, o ISSB publicou seus dois primeiros padrões: o IFRS S1 — Requisitos Gerais para Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade e o IFRS S2 — Divulgações Relacionadas ao Clima. Ambos representam um marco importante para o avanço das finanças sustentáveis. O IFRS S1 define como as empresas devem relatar os riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade que afetam seu desempenho e posição financeira. Já o IFRS S2 detalha como divulgar informações climáticas de forma robusta e transparente.

Esses padrões, além de alinhados às recomendações da Task Force on Climate-related Financial Disclosures (TCFD), foram desenvolvidos a partir de amplo diálogo com o G20, a IOSCO e outros organismos internacionais. Seu propósito é claro: criar uma linguagem comum para que empresas de diferentes setores e países possam divulgar, de forma comparável e útil, os efeitos dos riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e ao clima.

No Brasil, essa agenda vem ganhando força. O país foi um dos pioneiros na adoção das normas ISSB, compreendendo que a transparência nas informações ESG (ambientais, sociais e de governança) é fundamental para atrair investimentos e sustentar a credibilidade no mercado global. Para os profissionais da Contabilidade, esse novo cenário representa uma oportunidade única: contribuir, com sua expertise técnica, para uma economia mais verde, justa e resiliente.

A implementação das normas IFRS S1 e IFRS S2 no Brasil

Este é um marco na evolução das regulamentações de relatórios de sustentabilidade no país. Essas normas, desenvolvidas pelo Conselho Internacional de Normas de Sustentabilidade (ISSB), visam padronizar e aprimorar a transparência das divulgações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima.

Em outubro de 2023, a Comissão de Valores Mobiliários (CVM) anunciou a Resolução CVM 193 (CVM, 2023) adotando as normas IFRS S1 e IFRS S2, que serão incorporadas ao

arcabouço regulatório do país. A partir de 2024, as empresas envolvidas no mercado brasileiro poderão divulgar voluntariamente informações básicas respeitando essas normas. A partir de 1.º de janeiro de 2026, essas divulgações serão obrigatórias para todas as empresas envolvidas, e os relatórios deverão ser acompanhados de garantia razoável sobre as informações divulgadas. No mesmo mês de outubro, paralelamente, o Conselho Federal de Contabilidade (CFC) emitiu a Resolução CFC n.º 1.710 (CFC 2023), que dispõe sobre a adoção de normas brasileiras para elaboração e asseguarção de relatórios de sustentabilidade alinhadas às normas internacionais. Essa mesma resolução também acrescenta, em seu quarto parágrafo, que a elaboração e a asseguarção dos relatórios de informações de sustentabilidade são de responsabilidade técnica do profissional de Contabilidade.

As normas IFRS S1 e IFRS S2 estabelecem requisitos para a divulgação de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade e ao clima. A IFRS S1 concentra-se em requisitos gerais de divulgação, enquanto a IFRS S2 volta-se para divulgações específicas relacionadas ao clima, incluindo a avaliação de riscos e oportunidades relacionados ao clima que podem afetar o desempenho financeiro das empresas.

Ao adotar essas normas, o Brasil mostra-se como o primeiro país a incorporar integralmente as IFRS S1 e S2 em suas regulamentações. A decisão reflete o compromisso com a transparência e a padronização dos relatórios de sustentabilidade, alinhando o país aos mais altos padrões internacionais e preparando-o para as futuras IFRS S3, IFRS S4 e outras normas que virão.

A implementação das normas IFRS S1 e IFRS S2 no Brasil representa um avanço significativo na regulamentação de relatórios de sustentabilidade. Com a obrigatoriedade a partir de 2026, o Brasil se posicionará na vanguarda da regulamentação global de relatórios de sustentabilidade, o que pode influenciar positivamente as práticas comerciais em todas as suas áreas. O pioneirismo foi impulsionado pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM). Espera-se que as normas obrigatórias contribuam para a transparência, a garantia e a responsabilidade socioambiental. Acredita-se que esse caminho não oferece retorno igual para um futuro melhor.

Há duas décadas, discutir temas como contabilidade ambiental, sustentabilidade ou mudanças climáticas poderia parecer utópico. Hoje, porém, integrar essas questões às práticas empresariais não é apenas necessário, mas essencial para o desenvolvimento sustentável. Assim, socializo a importância de avançar e pesquisar sobre títulos verdes e investimentos. Essa é uma contribuição da Contabilidade.

O papel dos títulos verdes na transição sustentável

Os títulos verdes ocupam um lugar de destaque inseridos neste movimento. Criados como instrumentos financeiros para financiar projetos de impacto ambiental positivo — como infraestrutura hídrica, energia limpa e soluções de baixo carbono — os títulos verdes se tornaram peças-chave na transição para uma economia mais sustentável.

Na América Latina, particularmente no Brasil, os desafios são imensos. Mais de 100 milhões de brasileiros ainda não têm acesso a saneamento seguro, e a matriz energética segue

fortemente dependente da geração hidrelétrica (OCDE, 2022). As mudanças climáticas tornam esse cenário ainda mais complexo, com secas severas e eventos climáticos extremos que afetam tanto a segurança hídrica quanto a geração de energia.

Diante disso, os títulos verdes e, de modo especial, os chamados “títulos de água” — oferecem uma alternativa estratégica para financiar as soluções necessárias. Estima-se que, até 2030, cerca de 20% dos investimentos globais em infraestrutura (entre US\$ 0,9 e 1,5 trilhões anuais) precisarão ser destinados à água e saneamento, com 70% desse valor requerido no Sul Global (NCE, 2018). O Brasil, como potência ambiental e país emergente, ocupa papel central nesse esforço.

Contudo, o crescimento do mercado de títulos verdes também traz desafios. Estudos apontam que ainda existem lacunas significativas na transparência e na eficácia desses instrumentos. Muitos emissores não divulgam de forma adequada como os recursos captados são utilizados nem quais benefícios ambientais concretos foram gerados (Ehlers, Mojon & Packer, 2020; Jia, 2023). A ausência de obrigatoriedade para relatórios de impacto ambiental contribui para essa opacidade (Fatica & Panzica, 2021).

É neste ponto que a Contabilidade verde se torna indispensável. Para que os títulos verdes sejam verdadeiramente eficazes, é preciso assegurar práticas contábeis que promovam a mensuração rigorosa, o relato transparente e a verificação independentemente dos resultados. Os padrões ISSB fornecem o arcabouço ideal para isso, nesse sentido, cabe aos profissionais da Contabilidade incorporá-los em suas práticas e em seus sistemas de controle.

Contabilidade mais verde, justa e comprometida com as gerações futuras

Mais do que cumprir com obrigações regulatórias, a Contabilidade deve atuar como agente de mudança. Integrar os princípios da sustentabilidade no ciclo contábil - do planejamento à auditoria - é hoje uma necessidade estratégica.

Além disso, o novo paradigma da Contabilidade verde demanda uma abordagem mais humanizada e inclusiva. Não se trata apenas de números: é essencial promover a diversidade de perspectivas, o diálogo com as comunidades impactadas e a construção de práticas que respeitem os direitos humanos e os limites ecológicos.

Aproveitamos a oportunidade para divulgar um exemplo prático de projetos de pesquisa colaborativa desenvolvidos entre Brasil e Reino Unido, os quais buscam justamente aprofundar o conhecimento sobre o impacto dos títulos verdes na gestão hídrica e climática, contribuindo para a melhoria das práticas contábeis e para o fortalecimento das finanças sustentáveis. Este projeto foi desenvolvido por várias universidades internacionais e entre as quais duas brasileiras: a UFRA e a AFF.

O projeto que finalizou com um *workshop* "Títulos da Água para Mitigar Riscos Ambientais" favoreceu momentos de trocas e de construção coletiva, com panelistas doutores e pós-doutores, nacionais e internacionais de alto nível, que contribuíram com debates essenciais sobre riscos ambientais, sociais e o papel dos títulos verdes no financiamento de infraestrutura hídrica na América Latina.

O evento reuniu palestrantes, moderadoras, equipe de apoio, participante, seja presencial em Belém (PA) ou *on-line*, do Brasil e do mundo. Com representação das

universidades organizadoras e as que apoiaram o projeto como: Northumbria University; Coventry University; Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA); Universidade Federal Fluminense (UFF); Universidad de Santiago USACH (Chile); University of Strathclyde; Environment Agency; Universidad del Rosario (Colômbia) e Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Essa parceria internacional reforça como o diálogo entre ciência, instituições e sociedade é fundamental para a construção de soluções sustentáveis.

Vive-se um momento decisivo para o futuro das finanças e da profissão contábil. O avanço dos padrões ISSB, a evolução do mercado de títulos verdes e a emergência da agenda climática demandam profissionais preparados para enfrentar esses desafios com competência técnica e responsabilidade ética.

A Contabilidade, com sua capacidade de gerar informações confiáveis e de apoiar a transparência e a governança, pode e deve ser protagonista dessa transformação. Como profissionais dessa área, temos a oportunidade e o dever de contribuir para uma economia que respeite os limites do planeta e promova o bem-estar coletivo.

Os títulos verdes, quando utilizados com rigor e responsabilidade, são instrumentos poderosos para financiar a transição sustentável. Contudo, seu sucesso depende da qualidade das informações que os sustentam, e é neste contexto que a Contabilidade desempenha um papel essencial.

O futuro sustentável começa hoje e passa, inevitavelmente, pelo trabalho de cada um de nós na construção de uma Contabilidade mais verde, justa e comprometida com as gerações futuras.

Referências

- Comissão Federal de Contabilidade (CFC). (2023). Resolução CFC nº 1.710. *Diário Oficial da União*.
- Comissão de Valores Mobiliários (CVM). (2023). Resolução CVM n.º 193. *Diário Oficial da União*.
- Ehlers, T., Mojon, & B., Packer, F. (2020). Green bonds and carbon emissions: exploring the case for a rating system at the firm level. *BIS Quarterly Review*, Bank for International Settlements.
- Fatica, S., & Panzica, R. (2021). Green bonds as a tool against climate change? *Business Strategy and the Environment*, v. 30, n. 5, p. 2628-2647.
- IFRS FOUNDATION. (IFRS). (2022). IFRS S1 General Requirements for Disclosure of Sustainability-related Financial Information, IFRS S2 Climate-related Disclosures. *International Sustainability Standards Board (ISSB)*.
- Jia, R. (2023). Green bond transparency: A review of the evidence and policy implications. *Journal of Sustainable Finance & Investment*, 2023. DOI: <https://doi.org/10.1080/20430795.2023.2171456>.
- New Climate Economy (NCE). (2018). Unlocking the Inclusive Growth Story of the 21st Century: Accelerating Climate Action in Urgent Times. *Global Commission on the Economy and Climate*.

Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OECD). (2022).
Environmental Performance Reviews: Brazil 2022. Paris: OECD Publishing, 2022.